

ISSN: 1641-4713; e-ISSN: 2081-1160

DOI: <https://doi.org/10.36551/2081-1160.2023.31.97-108>

A vila açoriana de Santo Amaro, patrimônio histórico brasileiro

The Azorean village of Santo Amaro, Brazilian historic heritage

Luiz Fernando Rhoden

Advocacia-Geral da União, Rio Grande do Sul, Brasil

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0009-6276-2434>

E-mail: lfr0705@gmail.com

Recepción: 11.04.2023

Aprobación: 14.06.2023



Resumo: O texto busca apresentar a vila de Santo Amaro, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, único conjunto urbano, ainda íntegro, construído especialmente para receber os casais açorianos, no século XVIII, e classificado como patrimônio nacional. As motivações para tal reconhecimento nacional foram, além da contribuição dos açorianos para o processo de conquista e povoação do território meridional do Brasil, última conquista territorial portuguesa no mundo, também a utilização, por parte dos engenheiros militares, de um novo traçado urbano, descrito na Provisão Régia de 1747, que modificava toda uma concepção de criação de novos povoados portugueses. Estes dois aspectos são desenvolvidos no texto, que também mostra como se deu o processo administrativo, do qual o autor fez parte.

Palavras-chave: açorianos, Santo Amaro, território, memória, urbanismo

Summary: The text seeks to present the village of Santo Amaro, located in the State of Rio Grande do Sul, Brazil, the only urban complex, still intact, built especially to receive Azorean couples in the 18th century and classified as national heritage. The motivations for such national recognition were, in addition to the contribution of the Azoreans to the process of conquering and populating the southern territory of Brazil, the last Portuguese territorial conquest in the world, also the use, by military engineers, of a new urban layout, described in the Royal Provision of 1747, which modified an entire concept of the creation of new Portuguese settlements. These two aspects are developed in the text, showing how the administrative process, in which the author participated, took place.

Keywords: Azoreans, Santo Amaro, territory, memory, urbanism

INTRODUÇÃO

A vinda de casais açorianos para o sul do Brasil, conforme estabelecido na *Provisão Régia* de 9 de agosto de 1747, de D. João V, Rei de Portugal, já foi estudada por vários pesquisadores e historiadores, desde a década de 40 do século XX, pelo menos. Muito pouco se poderia acrescentar sobre o tema, se fossem levados em consideração os aspectos demográficos, econômicos, sociais e políticos que contribuíram para aquela decisão.

A referida provisão, além da autorização, dava uma série de regalias que seriam concedidas aos casais que quisessem vir para o Brasil. Interessa particularmente nesse texto, que os povoados a serem implantados deveriam ter 60 casais, as definições de tamanho de ruas, tamanho da praça central, localização dos principais prédios e que o traçado deveria ser regular, o que representava uma mudança de paradigma no contexto urbano português. Este novo pensamento urbano, baseado na regularidade, vinha sendo construído aos poucos desde o início do século XVIII e se consolidou no projeto mais conhecido por todos, o da Baixa Pombalina (Rhoden, 1999).

O que se buscará apresentar aqui será, especificamente, a vila de Santo Amaro, único conjunto urbano ainda original, construído *ex nihilo*, para receber os casais açorianos no século XVIII e os motivos para seu reconhecimento como patrimônio histórico nacional do Brasil.

Especialmente importante é o fato do traçado urbano de Santo Amaro ter sido explicitado no texto da Provisão Régia de 1747, como já mencionado, ter sido projetado pelos engenheiros militares e ter sido implantado no terreno, o que lhe confere especial importância e valorização histórica no contexto brasileiro.

LOCALIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA VILA

A vila de Santo Amaro pertence ao município de General Câmara, localizado no Estado do Rio Grande do Sul, extremo sul do Brasil, e está situada às margens do Rio Jacuí, importante canal de acesso ao interior do Estado e via fundamental no processo histórico português de conquista e povoamento do território, uma vez que este pertencia à Espanha até meados do século XVIII e, talvez, tenha sido esta a última conquista territorial portuguesa ao longo de sua vasta história (Fig.1 e Fig. 2).

FIG. 1 – MAPA DO BRASIL, COM A LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
BASE CARTOGRÁFICA: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE 2021
ELABORAÇÃO: GUILHERME GNAS



O conjunto urbano de Santo Amaro foi construído no Século XVIII, para assentar casais açorianos e atender ao que estava estabelecido na *Provisão Régia de 1747*¹.

Devido a diversos fatores políticos e militares ocorridos no território sulino do Brasil naquele período conturbado, os assentamentos de casais açorianos somente começaram a acontecer quase 20 anos depois daquela Provisão. No caso de Santo Amaro, a demarcação dos primeiros lotes na região só aconteceu em 1771. Em 1773, o povoado foi elevado à freguesia, antes da implantação do núcleo, que ocorreu em 1774.

A vila está assentada num terreno plano, elevado em relação ao rio Jacuí e o seu traçado urbano, naquilo que é original, foi desenhado pelos engenheiros militares, aqui estabelecidos, interpretando as instruções contidas na *Provisão Régia* (Fig. 3). Santo Amaro apresenta uma grande praça retangular, hoje cortada

¹ A provisão régia estabelecia, entre outras coisas, que “...No sítio destinado para o lugar assinalará um quadro para praça de quinhentos palmos de face, e em um dos lados se porá a igreja, a rua ou ruas de demarcação ao cordel com largura ao menos de quarenta palmos; por elas, e nos lados da praça se porão as moradas em boa ordem, deixando entre uma e outras, e para trás lugar suficiente e repartido para quintais...” (Fortes, 1978)

por uma rua, numa de suas extremidades, mas que não existia originalmente. Numa das laterais menores da praça encontra-se a igreja, edificada em 1787, abrindo-se para a praça, como se esta fosse o adro daquela. Ao redor da praça existiam, inicialmente, cerca de 30 casas geminadas, térreas, com janela, porta e janela e telhados de 4 águas. Atualmente existem somente 14 casas daquelas casas originais, além da igreja. Os lotes são estreitos, sem recuos laterais e alcançam meia quadra de profundidade. Na parte mais baixa da vila, junto ao rio, ficava o porto, que foi muito ativo até o final do século XIX.

FIG. 2 – MAPA HIDROGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL, COM A LOCALIZAÇÃO DE SANTO AMARO
BASE CARTOGRÁFICA INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE 2021
ELABORAÇÃO: GUILHERME GNAS



A vila de Santo Amaro desenvolveu-se, com base na agricultura de subsistência e na pecuária e integrou sucessivamente os territórios dos municípios de Rio Pardo, Triunfo e Taquari. Tornou-se sede do município em 1881, durando essa condição 58 anos. Em 1939, a sede do município foi transferida para a cidade de General Câmara, fazendo com que Santo Amaro voltasse à condição de Vila, como é, até hoje.

A transferência da sede do município para General Câmara fez com que Santo Amaro entrasse num período de estagnação econômica e de baixo cresci-

mento urbano. Além disso, o acesso à vila se dava por estrada bastante precária. Estes fatos contribuíram para a preservação de seu casario setecentista (Fig. 4 e Fig. 5) e de seu traçado urbano original, fatores que possibilitaram ao IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, instituição nacional responsável pela proteção do patrimônio histórico e artístico, abrir o processo para seu tombamento, ou classificação, como é denominado em outros países.

FIG. 3 – CONFIGURAÇÃO PROPOSTA PELOS ENGENHEIROS MILITARES, PARA OS POVOADOS QUE RECEBERIAM OS CASAIS AÇORIANOS – SÉC. XVIII
FONTE: ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA



ASSENTAMENTO DOS CASAIS AÇORIANOS EM SANTO AMARO

O período que vai de meados do século XVII a meados do século XVIII foi de intensas disputas entre Espanha e Portugal pela conquista e povoamento do atual território do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. Somente em 1750, o *Tratado de Madrid* estabeleceu, com maior precisão, as fronteiras entre os dois países e determinou que os territórios ocupados por um e outro país, dentro da nova fronteira, fossem desocupados e entregues aos novos donos. Foram os casos da Colônia do Sacramento, localizada no atual território do Uruguai, entregue por Portugal à Espanha e das missões jesuítico-guarani, localizados no noroeste do Rio Grande do Sul, que deveriam ser entregues pela Espanha à Portugal.

FIG. 4 – CASARIO DE SANTO AMARO
ACERVO DO IPHAN/RS
FOTO: ENEIDA SERRANO



FIG. 5 – IGREJA MATRIZ DE SANTO AMARO
ACERVO DO AUTOR
FOTO DO AUTOR



Neste contexto, no local em que foi implantada a vila de Santo Amaro existia, inicialmente, um armazém de víveres e munições, estabelecido por Gomes Freire de Andrade em 1750, que atendia, na retaguarda, ao avanço das tropas portuguesas em direção às missões jesuíticas, que passariam ao domínio português. Junto a essas tropas havia, também, alguns casais açorianos, que já se encontravam em território sulino desde 1752. Esses casais foram se fixando ao redor dos estabelecimentos militares à espera do deslocamento para aquele que seria o seu destino final – a região das missões.

Em 1756, os índios guaranis e os padres da Companhia de Jesus se rebelaram contra a evacuação dos povoados missioneiros e iniciaram uma guerra contra as tropas de Espanha e Portugal. O resultado dessa guerra foi a derrota dos índios, a dispersão dos mesmos pelo território sulino, a não devolução dos povoados missioneiros para os portugueses, a anulação do *Tratado de Madrid*, em 1761, pelo Tratado de El Pardo², a dispersão dos casais açorianos pelo território e

² Sobre a questão missioneira ver também: Langer, Protasio Paulo. (2005). *Os Guarani-Missioneiros e o Colonialismo Luso no Brasil Meridional*. Martins Livreiro; Golin, Tao. (1998). *A Guerra Guarânica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750-1761)*. EDIUPF; Flores, Moacyr. (1983). *Colonialismo e Missões Jesuíticas*. EST/Instituto de Cultura Hispânica do RS.

o conseqüente retardamento dos assentamentos dos mesmos e da concessão dos lotes de terras prometidos pelo Rei de Portugal, através da *Provisão Régia de 1747*.

Essa situação se arrastou ainda por alguns anos, pois somente em 1767 foi criada a primeira vila, *ex nihilo*, para receber os casais açorianos. Tratava-se da atual cidade de Taquari.

O traçado dessa vila, feito pelo Engenheiro Militar e Comandante Militar local, José Custódio de Sá e Faria era muito regular e apresentava duas grandes praças, uma diante da igreja e outra diante da Câmara, com o pelourinho ao centro. Esse mesmo modelo de traçado já havia sido feito no norte do Brasil, em Macapá, cerca de 9 anos antes. Daquele traçado urbano inicial resta muito pouco, estando Taquari, hoje, muito descaracterizada.

Sete anos depois de Taquari, em 1774, foi a vez de Santo Amaro ser edificada, para receber mais casais açorianos.

Neste período, intensificaram-se pelo Brasil as iniciativas para criação de novos povoados com traçados urbanos regulares e o efetivo domínio português do seu território, contribuindo para isso a atuação dos engenheiros militares aqui estabelecidos.

ANÁLISE DE SANTO AMARO COMO PATRIMÔNIO NACIONAL

Não bastasse a vila de Santo Amaro estar inserida no contexto de conquista, por parte de Portugal, do território sulino do Brasil, também ali se estabeleceu um núcleo urbano, com características excepcionais para o período, de traçado urbano e de arquitetura, fatos nem sempre evidenciados, mas que foram relevantes para o tombamento do conjunto.

Efetivamente, no processo de tombamento realizado pelo IPHAN, essas duas características foram relevantes, para considerar Santo Amaro como patrimônio nacional, ou seja, estar inserida no contexto de conquista e povoamento do atual território brasileiro e ter características urbanas excepcionais, considerando a história do urbanismo brasileiro e português da época.

O primeiro aspecto já foi bastante evidenciado aqui, porém quanto ao segundo cabe algumas considerações, para melhor esclarecê-lo. Este diz respeito ao estudo de seu traçado urbano.

Sabe-se que o estudo dos traçados urbanos, da forma urbana, nem sempre é bem compreendido. Quando se fala em forma urbana está-se falando de configuração, desenho, traçado, soluções dos assentamentos que se manifestam através de uma forma no espaço. Esta forma pode ser planejada ou espontânea.

Por outro lado, o aspecto da forma urbana seria muito simplificado e sem sentido histórico, se analisado simplesmente de modo descritivo e quantitativo. O mais importante são os significados subjacentes que assumem, através dos tempos, as formas das cidades e as conexões que se estabelecem entre seus espaços e a sua história (Cruz, 1995).

Até meados do século XVIII, a tradição portuguesa de criação de novas vilas e cidades não teve preocupações com o traçado das mesmas, como ocorria com os espanhóis, por exemplo, que desde o século XVI tinham uma norma rígida estabelecida pelo poder central para a criação e o estabelecimento de novos povoados³.

Em Portugal, a única legislação existente eram as *Ordenações do Reino*, também conhecidas como *Ordenações Filipinas*, publicadas em 1602 e revalidadas em 1643 por D. João IV, que continham disposições meramente burocráticas e de organização administrativa das novas povoações.

A partir de meados do século XVIII, os documentos portugueses de criação de vilas e cidades começaram a trazer maiores detalhes da conformação urbana, ou do seu traçado, que passaram a ser mais regulares. No entanto pouco foi feito em nível de projetos.

Essa alteração de pensamento e de procedimento teve como principais agentes os engenheiros militares a serviço do governo e o maior exemplo disso foi o novo traçado regular proposto para a baixa de Lisboa, a pedido do Marquês do Pombal, após o terremoto de 1755, que quase arrasou a cidade⁴.

No Rio Grande do Sul, a intensificação do processo de urbanização acontece exatamente durante o governo pombalino (1750-1777) e se dá, também através da atuação dos engenheiros militares visando assentar os casais açorianos que aqui estavam desde 1752. No caso de Santo Amaro, o seu singelo, mas importante traçado urbano estava descrito na Provisão Régia de 1747 e foi interpretado e desenhado pelo engenheiro militar José da Silva Pais, lotado em Santa Catarina, ainda na década de 1750. Esse desenho serviria de modelo para todos os povoados a serem edificados visando o assentamento dos casais açorianos.

³ Sobre o processo de povoamento do Brasil ver os excelentes trabalhos de Santos, P. (2001). *Formação de cidades no Brasil Colonial*. Editora da UFRJ; Reis Filho, N.G. (2000). *Evolução Urbana do Brasil 1500/1720*. Pini.

⁴ Sobre o projeto de reconstrução da baixa pombalina ver: França, J.A. (1980). *Lisboa: urbanismo e arquitetura*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; França, J.A. (1989). *A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Rossa, W. (1998). *Indícios de planejamento urbano na Lisboa setecentista*. Ministério da Cultura/Instituto Português de Património Arquitetónico.

Tratava-se de um modelo de uniformidade e ordem, com o objetivo de usar ao máximo o espaço disponível e obter uma perspectiva grandiosa. Isso era desenhar em grande escala, segundo Delson (1979). Nesse traçado é evidente a importância que se deu à praça, pois na nova concepção portuguesa de cidade era pela praça que se dava início aos núcleos, era na praça que se instalavam os pelourinhos (quando existiam) e era na praça que se condensavam os edifícios principais (Araújo, 1998). Esses conceitos formulados ainda no governo de D. João V foram herdados pelo urbanismo pombalino e acrescidos da ênfase dada ao discurso ideológico da cidade.

A concepção de uma cidade que privilegiava o espaço público foi utilizada como afirmação do poder sobre o espaço, submetido a um projeto enquanto conceito urbano, capaz de civilizar os povos (Araújo, 1998). Este plano foi reutilizado tanto em Santa Catarina, como no Rio Grande do Sul, onde Santo Amaro é o exemplo maior (Fig. 6).

FIG. 6 – CONFORMAÇÃO URBANA ATUAL DE SANTO AMARO
FONTE: DIGITAL GLOBE 2007



A percepção da clara existência desses preceitos no traçado da vila e de sua arquitetura setecentista levaram o IPHAN à abertura do processo de tombamento, ou de classificação, do conjunto urbano de Santo Amaro, que foi

iniciado em 30 de agosto de 1996 pela Superintendência Regional daquele órgão federal sediada na cidade de Porto Alegre. Levado à 15ª reunião do Conselho Consultivo do IPHAN, em 9 de novembro de 1998, o processo foi aprovado, com parecer do eminente arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles. Assim, a vila foi reconhecida como tendo valor histórico e cultural para integrar a relação do patrimônio histórico e artístico nacional do Brasil.

O tombamento abrangeu a igreja de Santo Amaro e seu largo contíguo, a praça central e 14 outros imóveis espalhados pela vila, que ainda mantém características originais, salientadas no conjunto de documentos, que compõem o referido processo.

CONCLUSÃO

O reconhecimento da Vila de Santo Amaro, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, como patrimônio histórico e artístico nacional do Brasil, contribuiu para a preservação e valorização do único conjunto urbano, ainda íntegro, que recebeu os casais açorianos na segunda metade do século XVIII.

A análise do processo de tombamento, ou de classificação, realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN mostrou que, além da avaliação de seu estado de conservação e de originalidade, dois outros argumentos compuseram as linhas de força para a sua valorização no contexto nacional: o fato daquele assentamento estar inserido no processo de conquista e povoação do território do sul do Brasil e a utilização, por parte dos engenheiros militares, que aqui estavam, de um novo tipo de traçado urbano, regular, descrito na *Provisão Régia de 1747*.

Importante salientar que se entende por regular o que está de acordo com as regras, as leis, ou seja, traçado regular está associado ao fato de existir previamente uma regra, ou lei que defina uma determinada configuração urbana. Assim, entende-se que um traçado urbano será, sempre, a forma de uma norma.

A norma é uma ideia, um conceito, que se tornará realidade quando for traçado o plano de um povoado que, por conseguinte, estará carregado de significados políticos e culturais implícitos ou explícitos na norma que lhe precedeu. Obviamente que este conceito é temporal, sendo, portanto, regular o que estiver de acordo com a lei ou regra vigente naquele momento histórico. Consequentemente, a configuração urbana de uma regra qualquer pode mudar e mudou, ao longo do tempo (Rhoden, 2014).

Desta forma, a importância do tombamento da Vila de Santo Amaro vai além de seu conjunto urbano e de seu traçado urbano, para se tornar um

paradigma cultural de uma época de transformações no contexto português da segunda metade do século XVIII. Entre os beneficiados por essas transformações estavam os casais açorianos, que, finalmente tiveram cumpridas as promessas estabelecidas em 1747.

A presença dos casais açorianos, que tiveram de enfrentar e superar tantas adversidades iniciais, acabou por marcar indelevelmente a cultura de todo o Estado do Rio Grande do Sul, contribuindo fortemente para o seu desenvolvimento econômico e cultural, ainda perceptível em tantos aspectos da sua vida cotidiana.

REFERÊNCIAS

- Araújo, R. M. (1998). As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão. (2ª ed.). FAUP.
- Arquivo Histórico Ultramarino. (s.d.). Documentos relativos a Santa Catarina.
- Cruz, G. P. (1995). Antecedentes da organização do espaço colonial da América Ibérica. PUCRS.
- Delson, R. M. (1979). Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII. ALVA-CIORD.
- Flores, M. (1983). Colonialismo e Missões Jesuíticas. EST/Instituto de Cultura Hispânica do RS.
- Fortes, J. B. (1978). Os casais açorianos – Presença lusa na formação sul-rio-grandense. Martins Livreiro.
- França, J. A. (1980). Lisboa: urbanismo e arquitetura. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- França, J. A. (1989). A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Golin, T. (1998). A guerra Guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750-1761). EDIUPF.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). (2021). Mapas do Brasil e do Rio Grande do Sul.
- Langer, P. P. (2005). Os Guarani-Missionários e o Colonialismo Luso no Brasil Meridional – Projetos Civilizatórios e faces da Identidade Étnica (1750-1798). Martins Livreiro.
- Processo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN número 1376/T-96 de tombamento de Santo Amaro.
- Reis Filho, N. G. (2000). Evolução Urbana do Brasil 1500/1720. Pini
- Rhoden, L. F. (1999). Urbanismo no Rio Grande do Sul: origens e evolução. EDIPUCRS.
- Rhoden, L. F. (2014). As ondas migratórias, os engenheiros militares e os traçados urbanos dos séculos XVIII e XIX no RS. [Conferência]. Seminário de História do Rio Grande do Sul: Imigração e Cultura. Pelotas, RS, Brasil. <https://wp.ufpel.edu.br/nphr/files/2017/09/Anais-Seminario-de-Historia-do-Rio-Grande-do-Sul-Imigracao-e-Cultura.pdf>
- Rossa, W. (1998). Além da Baixa: Indícios de planejamento urbano na Lisboa setecentista. Ministério da Cultura/Instituto Português do Patrimônio Arquitectónico.
- Santos, P. (2001). Formação de cidades no Brasil Colonial. UFRJ.